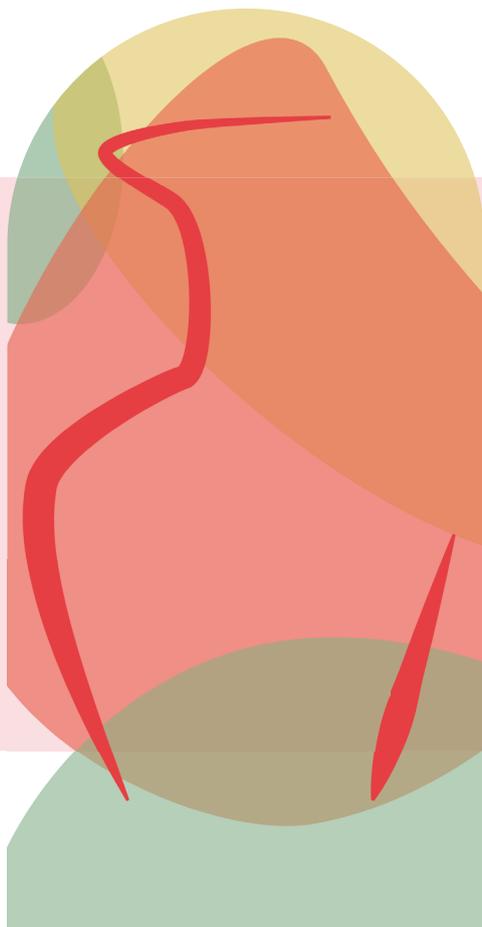


Catres, leitos, redes e camas: móveis de dormir e roupa de cama nos domicílios do termo de Mariana, 1722 - 1760.

Sleeping furniture and bed linen in the homes of termo de Mariana, 1722 - 1760.

volume 14 número 27 jun/dez 2020



Luciana da Silva<sup>1</sup>

lucipdg@gmail.com

Cultura Material:  
objetos, imagens e representações - 1/2

## Resumo

A partir da perspectiva analítica da cultura material, discutiremos a presença de móveis de dormir, catres, camas, redes e leitos, e dos têxteis pertinentes nos domicílios do termo de Mariana, com base no estudo de 131 inventários *post mortem*, produzidos entre 1722 e 1760. O objetivo é observar alguns aspectos das clivagens socioeconômicas que caracterizaram a posse desses artefatos, tendo por guia a indagação de possíveis usos individualizados, numa região marcada pela diversidade de grupos e pela mobilidade social. Investigaremos na bibliografia a importância da cama nas sociedades ocidentais, paralelamente aos câmbios ocorridos na composição dos interiores domésticos, ao longo da Modernidade, para em seguida adentrarmos os espaços domésticos do termo de Mariana, com foco sobre os artefatos ligados ao dormir. Móveis e rouparias de cama serão analisados quantitativamente e qualitativamente, por meio dos dados levantados nas fontes e estudos de caso. Estes matizarão as condições materiais de vida que caracterizavam domicílios de diferentes níveis de riqueza e permitirão ponderar sobre o papel da cama nesses espaços.

**Palavras-chave:** Cultura material; Domicílios; Minas Gerais.

## Abstract

From the analytical perspective of material culture, we will discuss the presence of sleeping furniture and the relevant textiles in the homes of the Termo de Mariana, based on the study of 131 post-mortem inventories, produced between 1722 and 1760. The objective is to observe some aspects of the socio-economic cleavages that characterized the possession of these artifacts having as a guide the search for possible individualized uses, in a region marked by the diversity of groups and social mobility. We will investigate in the bibliography the importance of the bed in Western societies, parallel to the changes that occurred in the composition of domestic interiors, throughout Modernity, and then we will enter the domestic spaces of Mariana's term, focusing on the artifacts connected to sleep. Furniture and bed linen will be analyzed quantitatively and qualitatively, using data collected from sources and case studies. These will highlight the material living conditions that characterized households of different levels of wealth and will allow us to ponder the role of the bed in these spaces.

**Keywords:** Material culture; Households; Minas Gerais.

<sup>1</sup> Mestra e doutora pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas / SP. E-mail: lucipdg@gmail.com.

## Introdução

Em *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*, publicado em 1806, Luiz da Silva Pereira Oliveira retomando o texto das *Ordenações*, registrou a isenção de todos os cavaleiros e fidalgos “de serem executados em cavalos, armas, livros, vestidos de seus corpos, e cama de suas pessoas, havendo respeito ao que é necessário a cada um para seu serviço, e uso, conforme a qualidade de suas pessoas” (OLIVEIRA, 1806, p. 328). O excerto leva a pensar quão necessária a cama era para aqueles que ocupavam lugares mais ao alto na hierarquia social lusa: a lei impedia que lhes fosse tirado o móvel, juntamente com as roupas do corpo, cavalo, armas e livros. Esses objetos eram necessários ao serviço de tais sujeitos. Necessidade inerente a sua posição social. Desde tempos remotos pesavam tais considerações sobre o artefato. Na Idade Média, conforme afirmou Oliveira Marques, ele era a alfaia mais importante da casa: ter duas camas era um dos requisitos para que peões passassem a cavaleiros (MARQUES apud RIBEIRO, 2019, p. 242).

O móvel devotado ao repouso proporcionava comodidade e aquecimento. Algo que se configurou como privilégio e luxo, para além de Portugal, em diversas partes do mundo ocidental durante a Modernidade (ROCHE, 2000; GARCÍA FERNÁNDEZ, 2012). Os artefatos que davam suporte ao ato de dormir variavam muito conforme a classe social dos sujeitos aos quais

pertenciam e / ou sua matriz cultural. Nisso reside uma de suas capacidades de informar sobre sociedades de outrora. Eles compõem um caminho para compreender tanto as relações dos sujeitos para com os objetos, como as maneiras pelas quais os objetos configuram o cotidiano, ora limitando, ora expandindo suas possibilidades.

Os artefatos expressam, moldam e constituem os seres humanos em diversas gradações (U. MENESES, 2008). Resultantes de formas de organização do homem em sociedade, eles criam condições para que se produzam e se efetivem as relações sociais (U. MENESES, 1983). A cultura material, repertório complexo e dinâmico da capacidade humana de produzir, fazer circular e consumir, sinaliza as funcionalidades da criação humana e denota os diversos significados que os artefatos recebem em diferentes contextos demarcados pela localidade e / ou pelo tempo (J. MENESES, 2011). Homem e artefato são um contínuo (J. MENESES, 2017). Assim, uma investigação minuciosa da cultura material pode levar a um entendimento mais profundo das pessoas (MILLER, 2013).

O estudo da cultura material pode contribuir para a compreensão das vivências cotidianas passadas nos interiores domiciliares de outrora. A partir dessa perspectiva analítica, discutiremos a presença de móveis de dormir e da rouparia pertinente nos domicílios do termo de Mariana (Vila do Carmo), a partir do estudo de 131 inventários *post mortem*, produzidos entre 1722 e

1760. Trata-se de uma região marcada pela diversidade de grupos e pela mobilidade social.

O objetivo deste artigo consiste em observar alguns aspectos das clivagens socioeconômicas que marcaram a posse e o uso desses artefatos, refletindo sobre as transformações que configuraram os espaços internos domiciliares na busca de atender a anseios por comodidade, ao longo do século XVIII, por meio da individualização dos móveis para dormir. Admitimos o registro desses elementos materiais nos inventários como indícios das práticas cotidianas que se passavam nos interiores domésticos. Persegui-los foi o caminho escolhido para ponderar sobre como a materialidade desses espaços concorreu, no período em questão, para conformar usos e costumes que, simultaneamente, criavam distâncias entre os sujeitos no meio social e corroboraram o processo de construção da individualidade.

### **A sociedade e o viver com asseio no termo de Vila do Carmo / Mariana.**

O arraial de Vila do Carmo, fundado em 1696, rapidamente foi povoado e reconhecido pela Igreja e pelo Estado. Em 1701, tornou-se freguesia e em 1711 foi elevado à condição de Vila (FONSECA, 1998). Em 1745, a vila foi elevada à categoria de cidade, recebeu o nome de Mariana e passou a sediar o bispado. Foi então realizada a reforma

urbanística para estabelecer uma imagem peculiar à cidade: como centro religioso das Minas, seu valor estratégico deveria ostentar o reflexo de uma nova ordem social que se desejava impor, regular e ordenada (TEDESCHI, 2011). As descobertas auríferas atraíram gente de todos os tipos e lugares, gerando alta densidade populacional e conformando uma sociedade marcada pela diversidade: brancos, índios, negros, bem como todas as derivações das mesclas inter-raciais se acomodavam em diferentes estratos sociais. Aos ricos proprietários de terras e escravos, bem como mercadores, posicionados no alto da hierarquia social, somava-se uma ampla e diversificada camada intermediária composta por elementos livres, como oficiais mecânicos, profissionais liberais, brancos e mestiços pobres agregados nos sítios e fazendas, homens e mulheres libertos do cativo. Os índios e os negros africanos escravizados, por sua vez, ocupavam as camadas inferiores do ordenamento social.

Rapidamente urbanizada, a região se destacou pela mineração e distribuição de produtos agropecuários na capitania (ANDRADE, 1998), tornando-se uma das regiões mais ricas e povoadas da extração aurífera, com grande capacidade de geração de recursos (ALMEIDA, 2010). A diversidade de atividades econômicas contou com um amplo contingente de mão-de-obra escravizada, dando continuidade ao escravismo que marcou as sociedades que se formaram na América portuguesa.

No Antigo Regime português existiam diversas formas de distinção social que se sobrepunham a uma composição social por três estados. No interior de cada categoria social, uma multiplicidade de critérios dimensionava a posição dos sujeitos. Os privilégios e as distinções eram distribuídos de formas diferentes a cada um, de maneira que cada “lugar social derivava sua posição a partir de uma comparação com outros acima e abaixo dele (...)” (LARA, 2007, p.86). Nas Minas, os princípios estratificadores combinavam status e honra a novos valores, estabelecidos pelo dinheiro e pelo mérito. A hierarquização da sociedade, portanto, no nível das práticas, era mais fluida e com alguns parâmetros diferentes dos existentes no Reino (SOUZA, 2006). A clivagem entre livres e escravizados constituía um dos principais elementos diferenciadores no interior da sociedade colonial, paralelamente às diferenciações provenientes da posse e propriedade de escravos. Todas essas peculiaridades surtiam efeitos profundos no campo da materialidade, da mesma forma que esta surtia efeitos na ordenação da sociedade.

Se nas sociedades da América portuguesa, a ascensão econômica e a social estavam presentes como possibilidades reais no cotidiano, nas Minas tais possibilidades seriam mais acentuadas, conforme teriam imaginado aqueles que para lá se deslocaram em busca de riqueza. A ascensão econômica, no século XVIII, consistia no enriquecimento dos sujeitos, constituindo um

fenômeno mais frequente em regiões urbanizadas, dando origem às camadas médias entre a miséria dos cativos e da maioria dos libertos e a opulência dos grandes proprietários, comerciantes, mineradores e administradores. A ascensão social, por sua vez, consistia, para os negros escravizados, na obtenção da liberdade, e para os brancos, na mudança de estado, ou seja, no enobrecimento, algo possibilitado, entre outros elementos, por ocupar cargos na administração colonial. Oportunidade reservada pela legislação apenas para os homens brancos. Entretanto, no cotidiano das Minas, diante da ausência de outras possibilidades, constituía-se um ensejo também para os mestiços (PAIVA, 2001). Na região, essas perspectivas de ascensão se cruzavam com um padrão societário específico: tratava-se de uma sociedade estratificada de acordo com preceitos estamentais, mas que comportava, simultaneamente, certo grau de flexibilidade e mobilidade, possibilitando que mulatos herdassem e bastardos fossem reconhecidos (SOUZA, 2006).

No interior desse complexo conjunto de relações sociais, permeado de possibilidades de mobilidade, a distinção se destacava como aspiração de muitos. Esta se efetivava na conquista de títulos e insígnias e se pautava, simultaneamente, na manutenção de sinais materiais que tornavam visíveis à comunidade a diferenciação: roupas, meios de transporte luxuosos e escravos, entre outros elementos, tornavam patente aos olhares a

posição elevada dos sujeitos na sociedade. Entre esses sinais materiais, estava a composição de um interior doméstico que atendesse aos anseios por comodidade e facilidade para realização de gestos cotidianos, com algumas nuances de luxo. Tudo nos quadros das possibilidades materiais regionais, as quais variavam conforme a capacidade produtiva (presença de oficiais mecânicos variados ou produção doméstica de artefatos) e a articulação comercial com outras regiões.

Desde o início do século XVIII, comerciantes ligados às grandes casas comerciais do Rio de Janeiro e da Bahia eram os principais responsáveis pela oferta de artigos de luxo, como os comestíveis importados do Reino, utilidades domésticas, entre outros (CHAVES, 1999). O comércio nas Minas era uma atividade lucrativa, que atraía o interesse das casas comerciais da Corte, conectando os dois lados do Atlântico e diversos pontos do mercado interno colonial, por meio das redes de abastecimento, pelas quais circulavam desde produtos de primeira necessidade até artigos de luxo.

Assim, as possibilidades de se equipar os interiores domésticos eram variadas no termo de Mariana, ensejando a composição de ambientes com itens diversificados que atendessem às necessidades cotidianas de comodidade e até mesmo ornamentação. Isso nas casas mais ricas, pois o nível de riqueza proporcionava profundas diferenciações nesses espaços, por toda a América portuguesa.

Na América portuguesa e no Reino, a expressão “viver limpamente”, bem como suas variantes “viver com limpeza” e “viver com asseio”, remetiam à maneira como os sujeitos aparentavam nos ambientes públicos, abrangendo suas vestimentas, cavalgadas, insígnias e outros sinais visíveis que sustentavam sua distinção social. Esse tratamento que davam a si não se limitava às aparições públicas. O viver com asseio também marcava os interiores domiciliares, dependendo das maneiras como a riqueza permitia o aparelhar, tornando esses ambientes mais aprazíveis e proporcionando comodidade para a realização de gestos cotidianos, como comer e dormir. As formas de distinção operantes no século XVIII, em ambos os lados do Atlântico, impactavam na conformação dos costumes que se passavam nos domicílios, afetando a dimensão da privacidade (SILVA, 2019).

O viver com asseio correspondia ao dar a si e aos familiares bom tratamento, algo ligado aos ideais de nobreza provenientes do Reino. Ele se conectava a uma forma de viver marcada principalmente por três elementos materiais: a boa aparência; o ser servido, ou seja, possuir escravos que realizassem o trabalho, permitindo a manutenção de certo distanciamento de atividades dessa natureza (RODRIGUES, 2011); e o conforto ou comodidade trazidos por certa abundância de objetos que facilitavam e refinavam os gestos cotidianos e tornavam o ambiente doméstico aprazível. Conforme vimos na introdução deste arti-

go, a cama, ou móvel de madeira sobre o qual se armavam colchões e têxteis para dormir, era considerada essencial na configuração dessa maneira de viver, o que torna interessante observar sua presença e importância nos interiores domiciliares.

### **O domicílio e as condições materiais de vida.**

Entre os séculos XVI e XVIII, a Europa ocidental vivenciou uma tendência para o melhoramento dos domicílios, em termos de estruturas das construções e divisões dos espaços internos, dos móveis e do conjunto de artefatos que os preenchiam, de modo a aumentar o conforto das habitações. As casas mudavam e, tanto no espaço urbano quanto no rural, respeitadas os ritmos e diferenças regionais, tornavam-se mais espaçosas e salubres, ao passo que seus interiores, recheados com móveis e utensílios mais diversos. Essas transformações se deveram a um processo de crescimento ocorrido de maneira não uniforme em todas as regiões e grupos sociais (SARTI, 2001; BREWER, PORTER, 1994).

Paralelamente às transformações do espaço domiciliar, o século XVIII europeu foi marcado por uma maior compreensão da noção de conforto, cujo sentimento, como “uma atitude consciente em relação ao corpo e à permissão para relaxar em ocasiões íntimas, como, aliás, a pró-

pria noção de intimidade, em detrimento da postura educada, parecem acentuar-se” (BRANDÃO, 2009 - 2010, p. 43). Tal contexto contrastava profundamente com o vazio predominante existente nas casas mais ricas da América portuguesa, ainda que no século XVIII se observe um crescimento quantitativo e qualitativo de móveis no interior dos domicílios (BRANDÃO, 2009 - 2010).

Os domicílios do termo de Mariana, nesse período, seguiram uma tendência semelhante, no tocante à melhoria dos móveis e dos conjuntos de utensílios das casas, ainda que lentamente, respeitadas as particularidades da América portuguesa e dessa região. As condições materiais que dotavam os domicílios tinham por finalidade contribuir para que seus habitantes conseguissem alcançar, em seu interior, certos níveis de comodidade que viabilizassem desenvolver com facilidade as atividades cotidianas. Todo esse conjunto variava conforme as possibilidades materiais e níveis de riqueza dos diferentes grupos sociais. Nos maiores patrimônios arrolados nos inventários *post mortem*, havia a presença de ampla variedade de objetos. Já nos patrimônios menos abastados, tornava-se patente o registro mais recorrente de poucos utensílios e móveis. Ou seja, os patrimônios mais abastados desfrutavam de condições econômicas necessárias para a conformação do ambiente interno da casa a uma forma de viver marcada pela comodidade e pelo asseio. Viver este inspirado na matriz cultural europeia e matizado pelo processo de

civilização dos modos, que proporcionava transformações de ordem material no cotidiano (SILVA, 2019).

Ana Luiza de Castro Pereira, analisando 171 inventários produzidos na Vila de Sabará no século XVIII, observou que foram poucos os domicílios que priorizaram o conforto e a decoração dos interiores, de maneira que a posse de objetos mais refinados estava conectada com o *status* sócioeconômico de seus possuidores, sendo os objetos de luxo registrados nos inventários mais ricos, geralmente pertencentes a homens de negócios, militares, religiosos, etc. (PEREIRA, 2018). Luciane Scarato, estudando as condições materiais de vida dos moradores do Caminho Velho das Minas, entre 1733 e 1783, a partir de 62 inventários, constatou que 79% de sua amostra possuíam pratos e 56% dispunham de talheres. Para a historiadora, isso seria indicativo de que já na primeira metade do século XVIII, mesmo os sujeitos não residentes nos arraiais e vilas, cultivavam hábitos refinados à mesa, algo que ocorria inclusive entre os pequenos proprietários (SCARATO, 2009). Além disso, 53% da amostra possuíam roupas, de vestir ou de cama e mesa e 70% dispunham de algum tipo de móvel no espaço interno das casas. Scarato constata números parecidos para as regiões do Caminho Novo e do Sertão da Mantiqueira. Suas análises desvelam um processo de difusão de costumes civilizados, marcado pela presença de certos objetos nos interiores domiciliares, mesmo entre os menos afortunados.

Ao estudar a composição da riqueza nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, Carla Almeida observou uma queda nos percentuais de acúmulo de joias e bens móveis nos patrimônios da segunda região referida, entre os períodos de 1750 – 1779 e 1780 – 1822, enquanto na primeira região houve estabilidade desses números. Tais dados estariam relacionados, segundo a historiadora, ao fato de o declínio da mineração alterar o tratamento que os habitantes das regiões davam a si próprios. Diante da crise, a manutenção desses percentuais na região de Vila Rica sugere que seus habitantes permaneciam valorizando e investindo em artefatos capazes de garantir o seu bom tratamento. Suposição corroborada pela presença, nos inventários da região, de objetos domésticos e de uso pessoal mais sofisticados. Tal preocupação com um ideal aristocratizante seria fruto do fato de a região ser local de moradia das mais importantes autoridades da capitania: Mariana como Sede do Bispado e Ouro Preto como capital das Minas Gerais (ALMEIDA, 2010). A relação entre o acúmulo de bens móveis, conjunto no qual se inserem aqueles que equipavam os espaços domésticos, e de joias com o bom tratamento de seus proprietários, sugere que tais artefatos supriam necessidades na busca de um ideal aristocratizante. Desse modo, pode-se inferir, o interior da casa complementava o efeito da aparência como parte de um viver marcado pelo asseio.

Tendo em vista os apontamentos das historiadoras mencionadas,

<sup>2</sup> Foram selecionados inventários do Cartório do 1º Ofício de Mariana, disponibilizados online por meio do Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica, LAMPEH, vinculado à Universidade Federal de Viçosa. A documentação está sob a guarda da Casa Setecentista de Mariana. Ver: <http://www.lampeh.ufv.br/CasaSetecentista/comp/apresentacao.php>. O recorte se inicia em 1722 pois não há documentação disponível online para o ano de 1721.

é possível supor que a priorização do espaço doméstico nos investimentos patrimoniais variava localmente nas regiões mineradoras. As posições socioeconômicas definiam clivagens nas condições de vida material cotidianas, as quais se entrelaçavam às conjunturas diversificadas, bem como à proximidade ou distância dos centros de poder. Contudo, as escolhas de consumo referentes ao interior doméstico não eram definidas apenas em função desses posicionamentos, sendo suscetíveis aos desejos de ascensão social, ou à manutenção de determinada imagem perante a comunidade. O modo de viver no interior das casas de diversas regiões mineiras apresentava traços de refinamento, ou da civilização dos modos, conforme sugerem esses estudos, de maneira mais enfática nos domicílios mais ricos e de maneira mais sutil nos mais pobres. A riqueza facilitava equipar esses espaços, pois todo o aparato possível, como móveis e utensílios diversificados e em grandes quantidades, dependia do poder aquisitivo. Por toda a América portuguesa os níveis de riqueza eram responsáveis por diferenciar os preenchimentos dos espaços domésticos, destacando-se uma diversidade bastante ampla de caracterizações do domicílio que variavam da penúria à opulência (FLEXOR, 2009; SILVA, 2013; GUIDO, 2015).

## Móveis de dormir nos inventários *post mortem*.

A análise dos artefatos utilizados cotidianamente constitui um caminho para se observar esta ordem de variações. A construção de um banco de dados, com o uso de uma classificação dos artefatos registrados nas fontes, auxiliou no processo (DÁVILA CORONA, 2011; ACAYABA, 2001). Esta permitiu organizar e quantificar os itens dos patrimônios localizados no Termo de Mariana (Vila do Carmo) no século XVIII, e dar atenção aos que ocupavam os interiores domiciliares. Neste artigo, trabalharemos com apenas uma parcela dessa classificação: móveis da casa, entre os quais destacaremos aqueles destinados a dar suporte ao dormir; e roupa da casa, na qual enfatizaremos a roupa de cama. Ou seja, perseguiremos os seguintes artefatos: redes, catres, camas, leitos, colchões, enxergões e todo o conjunto têxtil pertinente, como lençóis, colchas, cobertores, cortinados, travesseiros, almofadas e fronhas, entre outros. Acompanharemos como diferentes níveis de riqueza poderiam propiciar variações nas acomodações e nos comportamentos relativos ao dormir, avaliando possíveis enlacedes desses comportamentos com a conformação da individualização desse gesto. Para a alimentação do banco de dados foram selecionados 131 inventários *post mortem*, produzidos entre 1722 e 1760 no termo de Mariana<sup>2</sup>, tendo por critérios de seleção a completude e a legibilidade do documento.

Os inventários *post mortem* são documentos repletos de detalhes, porém, não são confiáveis quanto a mostrar a totalidade dos bens possuídos pelos inventariados no momento de seu arrolamento (ROCHE, 2007). Este dependia das declarações do inventariante, o qual apesar das restrições e penalidades prescritas na lei, muitas vezes omitia objetos nas avaliações. Algo que não anula o valor desses documentos para o estudo da materialidade. Suas descrições permitem conhecer os artefatos pelo nome e observar traços como cores, adereços, modelos, entre outros, além de revelarem sinais do uso cotidiano, quando registrado o estado de conservação dos bens (SILVA, 2019; ALGRANTI, 2016).

A cama e sua presença no espaço domiciliar, nas diversas paragens da Europa ocidental, parecem ter seguido a mesma tendência heterogênea sublinhada anteriormente para os espaços domésticos. Daniel Roche mostrou que em Paris, nos séculos XVII e XVIII, o móvel se encontrava em todas as casas, predominando, de uma ponta a outra da sociedade, o modelo com coluna e ornamentação de cortinas. Sendo comum e individualizada, a distinção não residia na posse da cama, mas de um quarto individual com lareira (ROCHE, 2000).

Outras regiões seguiram dinâmicas bastante diferentes. Máximo García Fernández, ao caracterizar as casas de Valladolid, no norte da Espanha, entre os séculos XVIII e XIX, apontou a lentidão nas transformações das formas de mobiliar

e decorar o interior das casas. Na região, eram comum casas pequenas, com poucos quartos. Apesar de existir a referência ao dormitório, o gosto pelo conforto e o desejo por decoração eram escassos, e somente nas famílias mais acomodadas, o número de camas começava a coincidir com o número de habitantes das casas (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2012). Em Lisboa, de acordo com Nuno Luís Madureira, por volta de 1780, boa parte da população dormia no chão ou sobre um colchão. Em todas as casas havia lençóis e colchões, os quais se armavam sobre tábuas. Em geral, era em cima dessa composição que dormiam os filhos, pois ao casal se reservava a única cama, como móvel de madeira, com cortinas e têxteis pertinentes (MADUREIRA, 1992). O artefato corroborava materialmente as hierarquias interiores à família.

Em Portugal, o termo cama teria designado até o século XVI o conjunto da roupa e apetrechos para dormir. Segundo Carlos Franco, baseado em relatos de viajantes e diários, essa definição ainda vigorava no século XVIII, para as composições nas quais não se incluíam as estruturas de madeira ou metal. Bastava um colchão e um cobertor, com ou sem lençol, estendidos sobre o chão no momento de dormir. (FRANCO, 2007).

Ritmos variados marcaram a constituição dos espaços domésticos ao redor do mundo europeu e o uso da cama os acompanhou. Os níveis de riqueza determinavam o requinte do móvel de dormir, sua

composição, presença ou ausência nas casas.

Na América portuguesa, as casas dos sujeitos mais pobres, pequenas e rústicas, geralmente contavam com um ou dois cômodos, marcados pela polivalência. Preenchidos com redes, a função desses espaços variava. Durante o dia poderiam ser sala, as redes sendo usadas para sentar. À noite, acomodavam os sujeitos, convertendo-se em camas. As redes, desmontáveis e transportáveis, teriam predominado até o século XVIII. As camas eram raras e associadas a altos níveis de riqueza (ALGRANTI, 1997). No termo de Sabará teria havido pouca variação. A maioria das pessoas dormia em redes, enxergões ou colchões de palha, dispostos no chão ou apoiados sobre algum móvel (RIBEIRO, 2019), afirmativa difícil de confirmar ou negar para o termo de Mariana pela natureza das fontes utilizadas neste estudo. Os inventários *post mortem* somente eram feitos quando havia bens para partilhar e /ou legar, o que torna invisível às pesquisas que utilizam suas séries a miséria que grassava na colônia independentemente da região em análise (FARIA, 1998; SOUZA, 1982). Se as redes imperaram como móvel para dormir entre as camadas mais pobres da população, a maior parte delas permanecerá no ponto cego desse tipo documental.

A presença de redes nos domicílios do termo de Mariana não ocorria de forma difusa, estando ausente da maioria das casas representadas na documentação em análise. Nos 131 inventários *post*

*mortem*, produzidos entre 1722 e 1760, selecionados para este estudo, o artefato têxtil constou em 26 documentos, ou seja, em 19% da amostra. Não se tratava de um uso comum entre a parcela da população inventariada. Também não estava associada apenas aos espólios mais pobres. Sua polivalência, todavia, marcava os usos identificados por meio da observação atenta da composição dos interiores nos quais ela figurava.

Analisada ao longo dos anos, a presença desse móvel foi mais recorrente no período inicial desta pesquisa: entre 1722 e 1730 houve 5 ocorrências numa amostra de 16 inventários *post mortem* (31%). Todas em fortunas maiores do que 2 contos de réis. Maria Cardoso de Siqueira, moradora na freguesia de São Caetano, foi inventariada em 1726. A viúva possuía três camas aparelhadas com todos os seus pertences e duas redes: uma pintada e outra branca (ACSM, Inventário..., 1726, Cód. 18, A. 528). Sua fortuna foi avaliada em mais de doze contos de réis. Nos demais registros da amostra, as redes foram descritas dando relevo ao seu aspecto simples: brancas, pintadas de azul ou em cores.

Na década de 1731 até 1740, foram computadas 7 ocorrências em 38 inventários *post mortem*. O artefato têxtil constou em 18 % da amostra cumprindo funções variadas. Antônio Lopes Rosado, viúvo inventariado em 1731, acumulara durante sua vida uma pequena fortuna de pouco menos de seiscentos mil réis. Morador em Camargos,

num “rancho de vivenda”, com três filhos menores, dispunha de poucos móveis: mesa pequena e velha com banco de pau; colchão, lençol e cobertor que possivelmente faziam uma das camas da casa; e rede branca já velha, que poderia servir ao assento ou ao sono. A família possuía 5 escravos (ACSM, Inventário..., 1731, Cód. 87, A. 1836). Generosa Correia Mendonça, inventariada em 1732, foi casada com Constantino da Silva Araújo, com quem tinha um filho de pouco menos de dois meses ao falecer. Havia entre seus bens móveis uma rede azul e branca com uma taquara de Angola com tornos de marfim, avaliada em quarenta e um mil e seiscentos réis, acompanhada de uma “coberta de rede de chita do norte forrada de seda com sua franja amarela”, avaliada em doze mil e oitocentos réis (ACSM, Inventário..., 1732, Cód. 117, A. 2443). A suntuosidade do conjunto e a presença da taquara adornada de marfim sugerem o uso no transporte, função na qual o artefato serviria à ostentação.

Entre 1741 e 1750 as redes figuraram em 8 dos 48 inventários *post mortem* da amostra (16,7%). Servindo no interior do domicílio às funções de assento e de cama e no exterior ao transporte e ostentação de uma posição social elevada, as redes variavam de uma composição simples a conjuntos ricamente ornamentados. Mantidas como sinal de luxo ou em substituição a outros móveis, mais caros, de madeira, contudo, seu uso continuava restrito a poucos.

Entre 1751 e 1760, o móvel constou em 6 dos 29 inventários *post mortem* que compunham a amostra (20%). Aumento pequeno do percentual de recorrência do artefato. Entre estes registros, os diversos usos feitos da rede em diferentes níveis de riqueza se tornam evidentes. Em 1756, Ágada Correa de Jesus foi inventariada. Seus bens somaram pouco mais de quinhentos mil réis. A viúva deixara 4 filhos solteiros com idades entre 12 e 20 anos. A família morava na freguesia de Antônio Pereira, num sítio de roça “com casas de vivenda cobertas de capim arruinadas”, no qual se explorava a mão de obra de três escravos. Havia entre os móveis da casa uma “rede com sua cama” (ACSM, Inventário..., 1756, Cód. 63, A. 1368). O registro documental assinala o uso do artefato, avaliado juntamente com os têxteis que serviam ao sono, como cama.

Em situação diferente viveu Francisca Pinta de Oliveira, inventariada em 1754. Casada com Antônio Duarte Castanheira, licenciado, com quem teve 7 filhos com idades entre 12 e 6 anos na data de seu falecimento, morava no Morro da Passagem e dispunha de um patrimônio avaliado em mais de trinta contos de réis, no qual foram registrados 47 escravos africanos. Sua casa era muito bem aparelhada de louça da Índia, prata lavrada, utensílios de estanho e cobre e de roupa: 15 lençóis, 32 fronhas, 14 toalhas, 18 guardanapos, 2 colchas, 5 cobertores. Havia também um pano de rede azul com seu galão, avaliado em doze mil réis, uma rede apare-

lhada, em quatorze mil e quatrocentos réis e uma cadeirinha usada, em trinta e oito mil e quatrocentos réis. A proximidade do registro da rede aparelhada e da cadeirinha no documento leva a crer se tratar de uma mesma classe de artefatos: meios de transporte. Entre os móveis da casa de Francisca, constavam: um leito grande com cortinado de pano de linho com franjas, o qual certamente servia ao casal; um leito pequeno de pau preto torneado e dois preguiceiros de couro, sobre os quais possivelmente dormiriam os filhos, compartilhando o espaço dos móveis (ACSM, Inventário..., 1754, Cód. 10, A. 0360).

A fortuna abundante não definia a individualização das camas nos domicílios. No cotidiano do sono, a proximidade dos corpos de familiares e habitantes de uma mesma casa pareceu vigorar de forma comum de uma ponta a outra da sociedade. Todavia, entre os que possuíam alguma fortuna, o hábito de dormir sozinho ou em casal lentamente se instalava, ao longo do século XVIII. A riqueza possibilitava equipar a casa com objetos repetidos. Quanto maior a fazenda acumulada, maior a quantidade de objetos repetidos, os quais, em alguns casos, como móveis de assento ou de repouso e utensílios de mesa, como pratos, garfos e colheres, sinalizavam usos individuais que isolavam cada vez mais os corpos que conviviam num mesmo espaço, uns dos outros, criando, simultaneamente, um circuito de materialidade pertinente a cada sujeito no interior da morada.

Catres, preguiceiros, camas ou leitos, usados coletivamente ou individualmente. Os móveis que davam suporte ao dormir apresentavam diferenciações nas maneiras de acomodar, em especial pelo seu tamanho.

José da Silva Pereira, inventariado em 1758, era casado com Inês Maria Soares, com quem tivera 2 filhas: Luiza, de 5 anos e Angélica, de dois anos e meio. O patrimônio registrado no rol somava pouco mais de um conto e setecentos mil réis. Entre os bens, havia uma cama preparada e dois catres, avaliados conjuntamente em doze mil réis (ACSM, Inventário..., 1758, Cód. 150, A. 3148). Possivelmente, a cama servia ao casal e as filhas dormiam cada uma em um catre. Não houve declaração de roupas de cama além da que estaria implícita na "cama preparada", o que, por sua vez, pode sugerir que um dos catres fosse usado pelas duas crianças e o outro como assento ou como preguiceiro. Algo inferido a partir da declaração registrada no inventário do capitão-mor Antônio de Matos Pereira, feito em 1759: "um catre de pau branco liso que serve de preguiceiro" (ACSM, Inventário..., 1759, Cód. 71, A. 151). As funções eram intercambiáveis, com adaptações de uso feitas ao sabor da criatividade de seus usuários. A investigação dos usos cotidianos dos móveis é complexa quando se utilizam os inventários *post mortem*. Todavia, confrontar têxteis e móveis registrados pode esclarecer algumas questões.

Em 1759, Joana Lopes da Cruz, casada com Antônio Couto Ribeiro

foi inventariada. O casal tinha três filhos: Ana, de 8 anos, Joaquim, de 7 e Manoel, de 3. O arrolamento dos bens somou mais de dois contos e novecentos mil. Entre os móveis da casa havia um catre torneado de jacarandá com armação e cortinado de chita, avaliado em dez mil réis, outro catre liso de pau branco, com cortinas, em quatro mil réis e dois catres pequenos usados, que valiam juntos três mil réis. Tal conjunto permite supor usos individualizados: o casal no catre de jacarandá e um catre para cada filho (ACSM, Inventário..., 1759, Cód. 57, A. 1253). Os 10 lençóis registrados no documento e o tamanho dos catres corroboram a sugestão. A idade das crianças, entretanto, leva a questionar se tal individualização seria provisória, visto a possibilidade de ampliação da família.

O estudo dos artefatos registrados nos inventários *post mortem* revelou uma diversidade acentuada de condições de aparelhamento dos espaços internos dos domicílios. A amostra abrangeu patrimônios com monte-mor entre 110\$705 (cento e dez mil, setecentos e cinco réis) e 58:882\$767 (cinquenta e oito contos, oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete réis). As maiores riquezas de fato viabilizavam uma equipagem da casa maior e mais diversificada, todavia, qualquer nível de acúmulo de bens representava a possibilidade de montar um ambiente no qual os artefatos facilitassem as atividades cotidianas, como sugerem os exemplos acima. Nos domicílios com poucos habitantes foi mais co-

mun o registro de quantidades de artefatos ligados ao sono que possibilitassem usos individuais. Quanto à roupa de cama, as que fossem de uso das crianças ou pertencentes a outros adultos da mesma família não constavam das avaliações, o que dificulta quantificar usos individuais em alguns casos.

Na maior parte das fortunas que estiveram abaixo de um conto de réis, os espaços interiores eram compostos com quantidades de móveis e utensílios pequenas, chegando à ausência completa de objetos na casa. Ademais, é preciso considerar a diferença acentuada nos valores representativos de cada classe de bens no interior dos patrimônios. Conforme já apontado pela historiografia, escravos e bens de raiz equivaliam necessariamente à maior parte dos patrimônios (ALMEIDA, 2010). Ou seja, quanto maior o monte-mor, maior a quantidade desses dois elementos na fazenda analisada. Os bens que integravam o recheio das casas representavam parcelas irrisórias quando comparadas aos valores investidos nessas classes. Assim, os investimentos no espaço interior aos domicílios variavam consideravelmente, de maneira que nem sempre as maiores fortunas representavam casas melhor equipadas, conforme sugere a comparação dos exemplos anteriores: casas com fortunas inferiores a cinco contos de réis possuíam camas para cada um de seus moradores, ao passo que fortunas cima de trinta contos de réis não apresentaram a mesma condição.

Se o aumento do nível de riqueza nem sempre correspondia à individualização dos gestos, o tempo proporcionou o princípio da difusão desse traço no cotidiano dos moradores no termo de Mariana. No decorrer do século XVIII, ocorreu um aumento da frequência de casas nas quais havia uma cama para cada morador: fosse sobre catres, camas ou leitos, cada habitante dispor de um móvel com têxteis para dormir confortavelmente foi gradativa e morosamente se tornando mais comum no correr das décadas.

Entre 1722 e 1730 (amostra composta por 16 inventários *post mortem*) os móveis de madeira sobre os quais se apoiavam os têxteis direcionados ao dormir eram escassos. Em 6 documentos foi registrada apenas a rouparia (37,5%) e em 5 sequer esta constou (31,25%). Ou seja, estiveram ausentes em 11 dos inventários da amostra (68,75%). Nesse período, catres e camas figuravam em casas de famílias afortunadas. Domingos Rodrigues de Matos, falecido em 1730, possuiu a menor dessas fortunas, avaliada em mais de dois contos e seiscentos mil réis (ACSM, Inventário..., 1730, Cód. 105, A. 2169). O casal dispunha de um catre havia pouco tempo quando da morte do marido, pois o móvel foi descrito como novo. Na casa havia 4 filhos, o mais velho com 27 anos e os demais com idades entre 14 e 3 anos. Para acomodar a todos no momento do sono, havia duas redes e pouca rouparia, cujos números sugeriram usos coletivos.

Na década seguinte, 1731 – 1740, cuja amostra foi composta com 38 inventários *post mortem*, em 15 documentos, não houve menção a qualquer dos artefatos perseguidos (39%). A maior parte desses documentos apresentou menores níveis de riqueza observados na amostra, sugerindo que a presença desses artefatos no domicílio se vinculava ao acúmulo de um nível de fortuna no qual sobejassem recursos para tais investimentos. Os inventários em que não ocorreu o registro de móveis de madeira relacionados ao sono foram 5 (13%): nestes, em 3 constaram apenas os têxteis, geralmente conjuntos de colchão ou enxergão, lençóis, travesseiros e cobertores; e em 2 a rede figurou juntamente aos conjuntos de rouparia. O catre foi o móvel de madeira mais encontrado em toda a amostra. No período em escrutínio, ele esteve em 18 domicílios, variando em quantidades de 1 até 7. Os leitos, por sua vez, estiveram em 2 documentos da amostra. Sua raridade sugere se tratar de um móvel de luxo, assim como o preguiceiro.

No inventário feito por morte de Helena Rodrigues, no ano de 1731, na Vila de Nossa Senhora do Carmo, foi registrada entre as petições feitas pelo tutor do órfão Domingos Ferreira uma com o seguinte teor:

Diz o Sargento Mor Manuel Ferraz que falecendo nesta vila Helena de Barros ficou seu herdeiro seu filho menor chamado Domingos Ferreira, (...) e como este deva fazer-se tratar no estado que o tra-

tava a dita sua mãe, com asseio continuando os estudos de gramática e solfa e tocar instrumentos e para isso carece de um negro para o servir e de algumas roupas fora as do seu uso principalmente as de cama (...) (ACSM, Inventário..., 1731, Cód. 120, A.2506).

O tutor pedia um conjunto de bens para tratar o órfão com asseio, da mesma maneira que sua mãe fizera em vida. Para isso, eram necessários um escravo e roupas, principalmente as de cama. A casa em que mãe e filho viviam era bem aparelhada. Servidos por 10 escravos, distanciavam-se do trabalho e se distinguiam: eram livres, senhores de escravos e servidos. Para dormir, dispunham de dois catres, um de jacarandá e outro de pau branco. Havia quatro colchões (dois de lã e dois de capim), duas colchas, uma almofadinha com fronha, oito lençóis e quatro travesseiros. Cada cama poderia ser composta com dois colchões, o de capim sob o de lã, cobertos com lençóis, com dois travesseiros para o apoio das cabeças e uma colcha para cada. A comodidade para dormir estava garantida. Para que o rapaz continuasse vivendo com asseio, o juiz permitiu que lhe dessem um escravo e as colchas necessárias para o seu uso.

Domingos Ribeiro de Carvalho, casado com Bernarda Maria, foi inventariado no ano de 1737. O casal tinha um filho de seis anos, Joseph Ribeiro Gurgel, para o qual havia "um catrezinho de cama de criança tosco" (ACSM, Inventário...,

1737, Cód. 26, A. 678). Nesse domicílio a criança possuía um local só seu para dormir. Por se tratar de um "catrezinho", pode-se inferir que suas dimensões não permitiriam a um adulto dormir no móvel. A família, no momento da morte de Domingos, tinha um patrimônio avaliado em mais de três contos e quatrocentos mil réis.

Outro exemplo seria o caso de Ana Francisca Rider, inventariada em 1739. Seu marido, João Negreiros Ferreira era capitão-mor. O casal morava em Itacolomi com três filhos e duas filhas, todos maiores e solteiros. O patrimônio da família, quando da morte da mãe, somava mais de três contos e novecentos mil réis e incluía 6 catres toscos e 1 com guarnição, o que correspondia a um catre para cada um de seus habitantes. A completar as estruturas de madeira para compor as camas havia: 3 colchas, 1 coberta, 1 godrim, 1 cortinado inteiro de cama, 1 colchão cheio de lã, 7 enxergões de capim, "8 travesseiros e 8 almofadinhas de riscadilho tudo casado", 10 lençóis guarnecidos com rendas, 2 rodapés de camas com seus "entremeios e arrendados", 12 lençóis de pano de linho, 4 fronhas de travesseiros, 4 almofadinhas, 8 fronhas de travesseiros e 6 almofadinhas rendadas (ACSM, Inventário..., 1739, Cód. 87, A 1846). Tal conjunto garantiria o conforto e o calor necessário nas noites frias a cada um dos sete habitantes da morada, bem como a ornamentação e a beleza das camas.

O casal possuía 20 escravos e o sítio em que habitavam contava

com capoeiras, grande extensão de matos virgens, arvoredos de espinho e bananal, com engenho moente e corrente, coberto de telhas, com casa de vivenda e senzala cobertas de capim. Havia ainda 40 datas de terras sitas no rio Gua-laxo do Sul, no veio d'água do mesmo rio e mais uma casa de morada no Rio de Janeiro, de dois sobrados, "no beco da rua da Candelária para o Carmo". O inventário de Ana Francisca ajuda a traçar o perfil geral das grandes fortunas: bens de raiz, escravos numerosos, grandes quantidades de objetos de ouro e prata e um interior residencial muito bem equipado em termos de utensílios, composta de artefatos de cobre, estanho, prata, louça e vidro, e têxteis diversificados, bem como com móveis suficientes para as necessidades cotidianas. Apesar de o uso individualizado de camas não ter sido regra nos domicílios mais ricos, o caso de Ana Rider corrobora a ideia de que na primeira metade do século XVIII, no termo de Mariana, existiram casas nas quais cada habitante possuía sua própria cama. Fato indicativo de uma preocupação com o conforto individual no dormir, que implicava afastamento dos corpos e a criação de um espaço específico para cada sujeito.

Na década de 1741 – 1750, cuja amostra foi composta por 48 inventários *post mortem*, os objetos perseguidos, móveis e têxteis, estiveram ausentes em 5 documentos (10%); 3 apresentaram somente o registro da roupa de cama (6,25%) e 6 apresentaram o móvel de ma-

deira, sem menção aos têxteis (12,5%), situação não computada no período anterior, que pode ser indicativa da difusão de catres, camas e leitos como apoio para dormir. O catre constou em 36 domicílios, em quantidades entre 1 e 7, sendo em 23 inventários o único tipo de móvel para o sono identificado. Nos demais 13 casos, esteve em dupla com leito (1 ocorrência), cama (2 ocorrências), rede (2 ocorrências), preguiceiro (3 ocorrências) ou em conjuntos mais elaborados compostos por catre, leito e preguiceiro (4 ocorrências) e catre, leito e rede (1 ocorrência). Os usos individuais, por sua vez, foram observados em 7 documentos (14,5% da amostra), sendo 4 ocorrências envolvendo membros de domicílios sem crianças menores de 14 anos, 2 em que além do casal havia apenas filhos menores de 14 anos e em um caso envolvendo o casal, filhos jovens e menores de 14 anos.

No domicílio de Antônio Lopes Francisco e Maria Soares, falecida em 1742, havia um berço de jacarandá torneado. O casal, morador em Guarapiranga, possuía um patrimônio avaliado em mais de seis contos de réis e dois filhos pequenos: Inês, com 4 anos e Antônio com 2 anos de idade. A família dispunha de três catres toscos de correão e três enxergões, registro que denota o uso individualizado de camas, inclusive para o marido e a mulher (ACSM, Inventário..., 1742, Cód. 44, A. 1020). O berço, além de sinalizar a especialização dos móveis de dormir, enfatiza a escolha pelo conforto e segurança de colocar o filho

mais novo para dormir em um móvel separado, garantindo à mãe mais espaço para se acomodar durante o sono. A rouparia de cama era suficiente para isso: havia 8 lençóis, 4 cobertores, 1 godrim, 3 travesseiros e 3 almofadinhas.

João do Monte Medeiros, inventariado no mesmo ano, era casado com Maria da Costa Camargo, com quem tivera 7 filhos: quatro com idades entre 2 e 10 anos e três já casadas, residentes em domicílios apartados. Morador na Freguesia de São Caetano, o casal acumulara uma fortuna de mais de vinte contos de réis. Entre os bens móveis da casa constava: um leito de jacarandá torneado, outro leito, porém grande, de jacarandá torneado, 4 catres de correia lisos, 4 enxergões cheios de palha de milho, 6 travesseiros, 6 almofadinhas, 8 lençóis, 2 cobertas de cama, 1 godrim e uma rede. Para cada habitante, independente da idade, parecia haver uma cama com almofada, travesseiro e lençol (ACSM, Inventário..., 1742, Cód. 150, A. 3153). Entretanto, considerando-se o período anterior ao casamento das filhas mais velhas, certamente os usos partilhados estiveram presentes nesse domicílio. O que reforça a interpretação de certa transitoriedade dos usos individuais e compartilhados, a qual se vinculava ao número de filhos da família: quanto maior, mais dificuldades em proporcionar esse tipo de conforto, pois maior a exigência de recursos para a aquisição dos móveis necessários.

As camas individualizadas foram mais recorrentes nessa década:

o uso figurava nos domicílios com certo nível de riqueza e uma ampla preocupação com o conforto de seus membros. Ao constar em situações que envolviam famílias com filhos pequenos, a eventualidade da ampliação familiar coloca em pauta a possibilidade de uma configuração transitória no tocante aos móveis de dormir. Todavia, a presença de peças especializadas, como o berço, denota que essa individualização era planejada e desejada, ideia reforçada pela identificação de domicílios com filhos maiores de 14 anos, nos quais havia uma cama com móvel de madeira para cada membro da família, bem como domicílios em que conviviam jovens e crianças, cada um dispondo de seu próprio espaço para dormir.

Na década de 1751 – 1760, cuja amostra foi composta por 29 inventários *post mortem*, em 3 domicílios não constou nenhum dos artefatos perseguidos e em outros 3 constaram apenas têxteis. Em 4 destes casos as fortunas eram inferiores a um conto de réis, constando no nível de menor acúmulo de bens identificado na amostra. Móveis relativos ao sono estiveram presentes nos restantes 79% da amostra (23 ocorrências). O mais comum deles, assim como nos demais períodos, foi o catre, registrado em 21 domicílios (72%), variando em quantidade de 1 até 4. Os usos individualizados de camas compostas por têxteis e móveis de madeira foram observados em 6 documentos (20,6% da amostra): 1 domicílio composto apenas por membros adultos; 2 compostos do casal e filhos menores de 14 anos e 3 compostos por casal, filhos maiores e menores de 14 anos.

Os bens registrados no inventário do Capitão-mor José de Boa Ventura Vieira, no ano de 1757, eram variados e numerosos. A família era grande. José e sua esposa Tereza Maria de Jesus tinham nove filhos. Três delas, com idades acima de 22 anos eram religiosas no Convento da Beja, e um deles, de 20 anos, era religioso na Companhia de Jesus. Moravam com os pais o filho mais velho, Dr. José Joaquim Vieira, de 29 anos, Manoel, de 18 anos, João, de 16 anos, Ana, de 13 anos e Josefa, de 8 anos. Habitavam no domicílio, portanto, sete pessoas. O patrimônio da família somava, no momento da feitura do inventário, mais de seis contos e setecentos mil réis. Nesta casa, cada morador tinha seu local próprio para dormir. O casal dispunha de um leito grande, que certamente era envolto no “cortinado de cama de linho verde com franja de retrós da mesma cor com muito uso” (ACSM, Inventário..., 1757, Cód. 13, A. 429). O filho mais velho, por sua vez, dispunha do outro leito declarado e os outros quatro filhos, cada um de um catre. Não havia mais roupa de cama declarada, além do cortinado e de uma “colcha de damasquilho amarelo forrada de tafetá azul com muito uso”. Peças possivelmente omitidas. Se considerarmos o período em que as filhas mais velhas habitavam a mesma morada, o caso levanta, novamente, a hipótese de que os usos individuais seriam transitórios.

## Considerações finais

O conforto no sono era algo valorizado nas sociedades luso-brasileiras. A cama e seu aparato têxtil denotavam hierarquias. A posse de tal conjunto de artefatos esteve associada à nobreza de seus usuários, dentro e fora dos domicílios. As preocupações com um ideal aristocratizante poderiam motivar a aquisição e o uso de catres, camas e leitos, da mesma maneira como diferenciavam os chefes de família, aos quais pertenciam ora os móveis de dormir mais requintados da casa, ora o único existente nesse espaço. Dispor do conforto de uma estrutura adequada para uma noite de sono distinguiu. Essa certamente seria uma das razões pelas quais a maior parte da população analisada por meio da amostra de inventários *post mortem* possuía ao menos um catre, cama ou leito com têxteis pertinentes no interior doméstico.

Apesar de valorizado, esse conforto na maioria das vezes não era alcançado por parte dos residentes de um mesmo domicílio. O compartilhamento do móvel de dormir era corriqueiro, em especial com crianças. A riqueza não era fator determinante para que a casa fosse equipada com um para cada habitante, principalmente quando a família era constituída com número alto de filhos. Para os mais pobres, em alguns casos, nem mesmo para o chefe da família havia estrutura de madeira ou rede para apoiar colchão, enxergão ou lençol.

A coexistência de crianças e adultos num mesmo domicílio onde

se observe uma cama para cada habitante leva a supor que a individualidade nesse uso era algo desejado. Famílias de formação recente, com número pequeno de filhos, poderiam, certamente, investir na aquisição de catres, camas ou leitos que em quantidades proporcionassem usos individuais. O crescimento da família eventualmente levaria ao uso compartilhado, especialmente durante a infância, quando os corpos estivessem em tamanhos que o permitissem. Para os adultos, dividir a cama com filhos ou irmãos pequenos parecia algo corriqueiro. A dificuldade e o desconforto residiriam no compartilhamento desses móveis entre dois adultos que não fossem um casal...

Famílias com filhos jovens e adultos em que cada um dormisse em seu móvel próprio configurariam uma situação na qual possivelmente o casamento dos mais velhos levasse a desocupação de catres, ou outros, possibilitando os usos individuais. Assim, estes seriam alcançados com o correr dos anos e, porventura, por um período que duraria até o próprio casamento. A situação que melhor poderia representar a implantação de usos individuais permanentes seriam os domicílios em que conviveriam os pais, filhos jovens e crianças. A existência de móveis apropriados para as crianças dormirem nos domicílios seria um forte sugestivo de investimento no conforto para dormir. Ao todo, na amostra de 131 inventários *post mortem*, encontramos 18 casos que caracterizavam usos individualizados (13%). Desses, 4 (3%) apre-

sentaram essa última configuração e se concentraram nas duas últimas décadas do período em análise, um caso em 1741 – 1750 e três casos em 1751 - 1760. Algo indicativo de que os usos individualizados ao dormir, mesmo que distantes de um processo de difusão, principiavam a figurar em algumas casas, marcando o cotidiano de poucas famílias no termo de Mariana, entre 1722 e 1760. A cama individualizada permanecia sinal de distinção e hierarquia no seio familiar e na sociedade, mesmo entre as famílias mais ricas. Todavia, mesmo diante da transitoriedade deste uso e sua lenta adoção, as camas podem ter auxiliado a configurar costumes domésticos que, na longa duração, concorreram na conformação da individualidade, por proporcionarem o isolamento dos corpos e a criação de um espaço próprio do sujeito, mesmo que restrito a um móvel.

A busca pela comodidade dos familiares ocupantes de um mesmo domicílio contribuiu para que os usos individuais do aparato do sono ocorressem entre aqueles que dispunham de recursos para proporcioná-lo aos seus entes mais próximos. O catre, a cama ou o leito destinado a suportar o colchão e / ou têxteis, foram elementos materiais que configuraram costumes no interior doméstico, os quais vieram a corroborar o processo de formação da individualidade, que ocorria com morosidade durante o século XVIII.

## Referências

ACSM. Inventário e testamento de Maria Cardoso de Siqueira, 1726 – Códice 18, Auto 528.

ACSM. Inventário de Antônio Lopes Rosado, 1731 – Códice 87, Auto 1836.

ACSM. Inventário de Generosa Correia de Mendonça, 1732 – Códice 117, Auto 2443.

ACSM. Inventário de Águeda Correia de Jesus, 1756 – Códice 63, Auto 1368.

ACSM. Inventário e testamento de Francisca Pinta de Oliveira, 1754 – Códice 10, Auto 0360.

ACSM. Inventário de José da Silva Pereira, 1758 – Códice 150, Auto 3148.

ACSM. Inventário e testamento de Antônio de Matos Pereira, 1749 – Códice 71, Auto 151.

ACSM. Inventário de Joana Lopes da Cruz, 1759 – Códice 57, Auto 1253.

ACSM. Inventário e testamento de Domingos Rodrigues de Matos, 1730 – Códice 105, Auto 2169.

ACSM. Inventário e testamento de Helena Rodrigues, 1731 – Códice 120, Auto 2506.

ACSM. Inventário de Domingos Ribeiro de Carvalho, 1737 – Códice 026, Auto 0678.

ACSM. Inventário de Ana Francisca Rider, 1739, Códice 87, Auto 1846.

ACSM. Inventário de Maria Soares, 1742 – Códice 044, Auto 1020.

ACSM. Inventário de João do Monte Medeiros, 1742 – Códice 150, Auto 3153.

ACSM. Inventário do Capitão mor José de Boaventura Vieira, 1757 – Códice 013, Auto 0429.

ACAYABA, Marlene Milan (Coord.); GUERRA, José Wilton; SIMÕES, Renata da Silva; ZERON, Carlos Alberto (Org.). **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, Imesp, Edusp, 2001, 4 vols.

ALGRANTI, Leila Mezan. "Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagens". In: **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p. 21-51, jan/abr 2016.

ALGRANTI, Leila Mezan. "Famílias e vida doméstica". In: NOVAES, Fernando (Coord.). SOUZA, Laura de Mello e (org). **História da vida privada no Brasil**. Vol. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo. Companhia das Letras, 1997, p. 83 – 154.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais**: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2010.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Imprensa Universitária da UFOP, 1998 p. 114 - 127/ **REVISTA LPH**, nº 17, Termo de Mariana, Disponível em: [http://www.ichs.ufop.br/lph/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6&Itemid=7](http://www.ichs.ufop.br/lph/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=7). Consultado em: 26 ago. 2020.

BRANDÃO, Ângela. "Anotações para uma história do mobiliário brasileiro do século XVIII". **Revista CPC**, São Paulo, n. 9, p. 42-64, nov. 2009/abr. 2010, p. 42 – 64.

BREWER, John, PORTER, Roy. **Consumption and the world of goods**. London; New York, NY: Routledge, 1994.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

DÁVILA CORONA, Rosa Maria. "Propuesta metodológica para el estudio de los inventarios post mortem". **Norba Revista de História**, v. 24, 2011, p. 127 – 136.

FARIA, S. C. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Occhi. **Mobiliário baiano**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

FONSECA, Cláudia Damasceno. "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações". IN: *Termo de Mariana: História e documentação*. Imprensa Universitária da UFOP, 1998/ **REVISTA LPH**, nº 17, Termo de Mariana, Disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/termo-de-mariana-hist%C3%B3ria-e-documenta%C3%A7%C3%A3o/termo-de-mariana-hist%C3%B3ria-e-documenta%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em: 30 nov. 2020.

FRANCO, Carlos. **O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII**. Lisboa. Livros Horizonte, 2007.

GARCÍA FERNÁNDEZ, M. "Estancias y mobiliário doméstico multifuncional: alcobas y camas". In: FRANCO RUBIO, Gloria A. (ed.). **La vida de cada día: rituales, costumbres y rutinas em la España moderna**. Madrid: Almadayna, 2012, p. 135 – 162.

GUIDO, Ligia Souza. **Sob capas e mantos: roupa e cultura material na Vila de Itu, 1765 – 1808**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2015.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MADUREIRA, N. L. **Cidade: espaço e cotidiano (Lisboa 1740-1830)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

MENESES, José Newton Coelho. "Apresentação". **Varia história**. Belo Horizonte, v.27, n.46, p.397-414, Dezembro de 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752011000200001-&lng=en&nrm-iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000200001-&lng=en&nrm-iso). Consultado em: 30 nov. 2020.

MENESES, José Newton Coelho. "Introdução – Cultura material no universo dos Impérios europeus modernos". In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Nova Série, v. 25, n.1, p. 9-12. jan.-abril 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "Prefácio". IN: CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870 – 1920**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo / Fapesp. 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. "A cultura material no estudo das sociedades antigas". **Revista de História**. Nova Série, n. 115, 1983, p. 103 – 117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>. Acessado em: 30 nov. 2020.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. **Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal**. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais. 1716 – 1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PEREIRA, A. L. C. "Viver nos trópicos com bens do Império: a circulação de pessoas e objetos no Império português". In: **XIV Seminário sobre a economia mineira**. Maio de 2010, Diamantina. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A112.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A112.pdf). Acesso em: 30 nov. 2020.

RIBEIRO, Isaac Casemiro. **Morada de casas**: cultura material, domesticidades e mudanças sociais (Minas Gerais – Sabará – Século XVIII). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências**: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, A. C. "Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras, câmaras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais, século XVIII)". In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. 2011. Lisboa.

SARTI, Rafaella. **Casa e família**: habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

SCARATO, Luciane Cristina. **Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais**: administração, territorialidade e cotidiano (1733 – 1783). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2009.

SILVA, Luciana da. **Artefatos, sociabilidades e sensibilidades**: cultura material em São Paulo (1580 – 1640). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Aparências e sensibilidades**: a indumentaria na Vila do Carmo (Mariana), 1693 – 1755. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os desclassificados do ouro**: pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TEDESCHI, Denise M. R. **Águas urbanas**: as formas de apropriação das águas em Mariana / MG (1745 – 1798). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011. Obra publicada.

Recebido em: 30/set/2020  
Aceito em: 4/nov/2020